

# Superior Tribunal de Justiça

**CARTA ROGATÓRIA Nº 14.377 - PT (2019/0062280-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM - JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES DE SANTARÉM - JUIZ 2**  
**INTERES. : H S DE B**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL**  
**A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

## DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à citação de H. de S. de B. (CPF n. 043.956.776-90) de ação de investigação da paternidade e à intimação para fornecimento de material genético para realização de exame pericial.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 38-39. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 55).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, requereu, por se tratar de ação de estado, intimação por oficial de justiça, bem como anuência do interessado para a coleta de material genético.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 62),

É o relatório. Decido.

Segundo dispõe o art. 247, I, do CPC, tratando-se de ações de estado da pessoa, é de rigor o cumprimento da comissão por intermédio de oficial de justiça.

Ademais, os interessados poderão realizar, **desde que de forma consensual**, a coleta de material genético para exame pericial, o que não afronta a dignidade da pessoa humana, conforme a jurisprudência do STJ (CR n. 10.926/EX, relator Ministro Francisco Falcão, DJe de 12/8/2016; CR n. 6.797/PT, relator Ministro Ari Pargendler, DJe de 28/8/2012).

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, para as providências cabíveis.**

**Cumpra-se a diligência em 90 dias.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

